



Moção Temática Juventude CHEGA

A presente moção temática é resultado do trabalho dos militantes e simpatizantes jovens do CHEGA, que reuniram em sessão plenária organizada pela Juventude CHEGA no passado dia 16 de Dezembro de 2023, elegendo um conjunto de prioridades políticas que o Partido deve adotar de forma a responder aos desafios dos jovens portugueses.

Fazer de Portugal a primeira casa dos jovens portugueses

“Fazer de Portugal a primeira casa dos jovens portugueses” é o mote que reflete o nosso compromisso para com os jovens portugueses, reconhecendo a urgência de se (re)construir uma Nação em que possam prosperar e realizar os seus sonhos, enquanto parte significativa da população, capaz de moldar o futuro de Portugal. Contudo, a população jovem em Portugal é caracterizada por uma série de desafios, que revelam um elevador social estagnado e que limitam logo à partida o potencial das novas gerações.

“Fazer de Portugal a primeira casa dos jovens portugueses” é um mote abrangente que vai para além da necessidade de respondermos aos desafios da falta de acesso à habitação por parte dos mais jovens. É reconhecer que tal como uma casa necessita dos fundamentos básicos para ser edificada, também um jovem necessita de salários dignos, habitação acessível, serviços públicos de qualidade, segurança, incentivos à natalidade e oportunidades concretas no seu país, para que tenha a opção de ficar em Portugal. Falar de jovens atualmente é reconhecer a perda de liberdade, nomeadamente, a falta de liberdade económica que não permite sequer considerar ficar em Portugal como uma opção de escolha. A maioria dos jovens portugueses partem, não porque desistiram de Portugal, mas sim porque sentem que Portugal desistiu deles, fechando-lhe todas as portas e oportunidades, enquanto por outro lado



abre todas a todos os outros de fora. Assim, fazer de Portugal a primeira casa dos jovens portugueses é o grito de revolta de uma geração que se vê forçada a partir e que se sente traída pelos sucessivos Governos Socialistas que abriram de forma escancarada as fronteiras do nosso país, para numericamente corrigirem a perda que representa a saída de cada jovem Portugal. Colocar cobro a esta traição levada a cabo pelos socialistas é justamente “Fazer de Portugal a casa dos jovens portugueses” e reconhecer que os nossos jovens são insubstituíveis e que é preciso travar a fuga de cérebros, a baixa da natalidade, devolver a segurança e potenciar os jovens portugueses e os seus sonhos.

Assim, traçamos um conjunto de prioridades políticas e propostas que o Partido CHEGA deve ter em conta no desenho do Programa Político com que se apresentará a eleições, no próximo mês de Março.



Prioridade 1: Combater os baixos salários, o desemprego jovem e a instabilidade laboral

De acordo com dados do Pordata, Portugal tem uma das taxas de risco de pobreza mais elevadas entre os jovens na União Europeia, com cerca de 246 mil jovens em risco de pobreza ou exclusão social. Destes, cerca de 30 mil dependem de apoios sociais (25 mil recebem o rendimento social de inserção e 5 mil recebem subsídio de desemprego). A elevada taxa de risco de pobreza está, em parte, relacionada com os baixos salários e a instabilidade laboral que muitos jovens enfrentam. Em relação aos salários, o Observatório de Emprego Jovem, revela que em 2021, mais de um terço dos jovens com menos de 30 anos a trabalhar no setor privado tinham como remunerações médias mensais valores até ao salário mínimo nacional. Sabemos ainda que um trabalhador jovem em Portugal, com menos de 25 anos ganhava, em média, 1090,4 euros líquidos, o que representa apenas 70% do salário médio dos congéneres europeus. Os baixos salários, aliados a um aumento do custo de vida tornam difícil para os jovens satisfazerem suas necessidades básicas e planearem o seu futuro financeiro com segurança. A falta de estabilidade no mercado de trabalho também é uma preocupação. Muitos jovens são contratados com contratos temporários ou a termo, segundo um estudo da Fundação José Neves, são quase 74% os jovens portugueses com contratos a termo. Esta realidade cria incerteza em relação à situação profissional e dificulta o planeamento a longo prazo. Além disso, a taxa de desemprego jovem, embora tenha diminuído nos últimos anos, ainda é significativa, nomeadamente em comparação à média com a União Europeia.

Prioridade 2: Combater a crise na habitação sem esquecer os jovens

A crise da habitação em Portugal tem impactado profundamente a população jovem, especialmente no que diz respeito ao acesso aos créditos à habitação e à realidade do mercado de arrendamento. Em primeiro lugar, a capacidade dos jovens em aceder a

créditos para aquisição de habitação é severamente limitada. Este obstáculo é em grande parte consequência dos baixos salários, que não só reduzem a sua capacidade de poupança para a entrada inicial, mas diminuem também a probabilidade de aprovação de crédito por instituições financeiras. Para além disso, os múltiplos requisitos para a concessão de empréstimos - como um histórico bancário estável e um contrato de trabalho permanente - são frequentemente barreiras inatingíveis para os jovens, que se encontram em empregos precários ou em início de carreira. Esta situação cria um ciclo vicioso, onde a aquisição de uma casa própria se torna um sonho distante para a maioria dos jovens portugueses que, na Europa, são dos jovens que mais tarde saem de casa dos pais. Paralelamente, o mercado de arrendamento em Portugal apresenta-se cada vez mais desajustado em relação aos salários dos jovens. As rendas nas áreas urbanas, particularmente em cidades como Lisboa e Porto, têm enfrentado aumentos significativos, impulsionados em grande parte pela imigração em massa, que com comportamentos habitacionais e civilizacionais totalmente diferentes, acabam por criar uma disrupção no mercado de habitação. Este cenário resulta em preços de arrendamento que consomem uma parte desproporcional dos rendimentos dos jovens, deixando pouco espaço para outras despesas essenciais, poupança, ou investimento em projetos de vida a longo prazo. A falta de habitação acessível torna-se uma barreira significativa, não apenas para a independência e estabilidade financeira dos jovens, mas também para o seu bem-estar geral e qualidade de vida, restringindo as suas escolhas de vida e limitando as suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Prioridade 3: Combater a iliteracia financeira e o ensino politizado para garantir a liberdade económica e social

Dados de Junho de 2023 mostram que o endividamento das famílias e empresas portuguesas continua a aumentar. Isso indica que muitos jovens e famílias portuguesas enfrentam dificuldades financeiras devido a empréstimos e dívidas acumuladas. Por



outro lado, a literacia financeira permanece uma área de preocupação, de acordo com o recente estudo da OCDE que refere que metade da população portuguesa não possui conhecimentos financeiros mínimos, elegendo os jovens e idosos como grupos prioritários de intervenção. Esta lacuna aponta para a necessidade de uma reforma no sistema de ensino que inclua educação financeira no currículo escolar. Assim, reconhecer a importância de investir na educação financeira dos jovens, bem como implementar políticas que melhorem a sua situação económica e de trabalho é uma aposta nos jovens para que possam fazer de Portugal a primeira casa onde podem construir um futuro próspero e seguro. Portugal, após os sucessivos governos socialistas pouco se diferencia dos países com sistemas socialistas que não promovem a literacia financeira entre a população. Nestes países, os governos tendem a controlar a economia de forma centralizada, limitando a liberdade económica e as oportunidades de empreendedorismo. Como resultado, as populações desses países enfrentam dificuldades económicas significativas, com salários baixos, falta de investimento em educação financeira e limitações para acumular riqueza pessoal. A falta de incentivo ao desenvolvimento de competências financeiras contribui para uma maior dependência do Estado e para uma menor autonomia económica dos cidadãos. Atualmente, um jovem português acaba o percurso escolar conhecendo todos os conceitos sobre a famigerada agenda de género, mas não conhece a diferença entre taxas e impostos, não sabe aceder ao Portal das Finanças ou preencher o IRS. Urge fazer uma revisão curricular, nomeadamente ao nível do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, pugnando por currículos e instituições independentes de viés ideológico, centradas em conteúdos científicos e objetivos.

Prioridade 4: Combater o flagelo da emigração jovem

Nos últimos anos, Portugal tem testemunhado um alarmante número de jovens a emigrar em busca de melhores condições de vida. De acordo com dados recentes, mais de metade dos jovens entre os 18 e 34 anos admite emigrar, elencando os problemas



na habitação e instabilidade financeira como principais preocupações. Notícias veiculadas por órgãos de comunicação social, relatam frequentemente as histórias e motivações desses jovens que deixam Portugal em busca de emprego, melhores condições salariais e qualidade de vida no estrangeiro. Essa tendência de emigração representa um desafio demográfico e económico para o país, destacando a necessidade de implementar políticas que incentivem a permanência dos jovens e a construção de carreiras em Portugal. Contudo, a emigração jovem também traz consequências significativas para a demografia e economia de Portugal. A partida de jovens, frequentemente altamente qualificados, resulta na conhecida "fuga de cérebros", onde o país perde uma parte valiosa de sua força de trabalho potencial, essencial para o crescimento e inovação económica. Além disso, essa tendência contribui para o envelhecimento da população, exacerbando os desafios demográficos que Portugal já enfrenta, como a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da proporção de idosos. A longo prazo, esta situação resultará em desequilíbrios no mercado de trabalho, pressão no sistema de segurança social e uma necessidade crescente de atrair imigração para compensar a perda de jovens talentos. Consequentemente, a emigração jovem não é apenas um reflexo das circunstâncias atuais em Portugal, mas também um indicador importante para o planeamento do futuro e a formulação de políticas que visem reter jovens talentos e garantir um desenvolvimento responsável do país.

Prioridade 5: Combater o inverno demográfico com uma primavera de jovens portugueses

A somar aos desafios mencionados anteriormente, o tema da natalidade é crucial quando se trata de garantir um futuro verdadeiro e responsável para Portugal. O país enfrenta uma taxa de natalidade de tal forma reduzida, cujas implicações e consequências no envelhecimento da população e no equilíbrio demográfico pode representar a médio prazo na substituição populacional da maioria da população portuguesa. Segundo dados do Eurostat, Portugal registou uma das taxas de fertilidade



mais baixas da União Europeia em 2020, com uma média de apenas 1,32 filhos por mulher. Significa isto que a população está a envelhecer rapidamente e de forma desproporcional tendo em conta a pirâmide etária, o que pode resultar numa carga adicional sobre o sistema de segurança social e do Serviço Nacional de Saúde. Para combater a baixa natalidade, é essencial implementar políticas que incentivem as famílias a terem mais filhos. Medidas como apoio à maternidade e paternidade, através de licença parental mais longa e flexível, acesso a creches e apoio financeiro às famílias com baixos rendimentos, sempre e obviamente salvaguardadas através de requisitos e regras que não tornem estas medidas em meros sorvedouros de subsídios a quem apenas pretende perpetuar-se na passividade da subsídio-dependência. Estas políticas servem para promover uma cultura que valorize a família e encoraje a conciliação entre trabalho e vida pessoal. A Juventude CHEGA está comprometida em abordar essa questão de maneira abrangente, reconhecendo que o aumento da natalidade fortalece a sociedade, mas também contribui para a estabilidade económica a longo prazo. Apoiar as famílias jovens é fundamental para reverter a tendência de baixa natalidade e garantir que Portugal continue a ser Portugal, na sua identidade, nos seus costumes e tradições, na sua matriz civilizacional, uma Nação para as futuras gerações de portugueses comprometidas com o nosso legado histórico.

Prioridade 6: Combater o esquecimento a que estão vetados os jovens do interior

Tornar Portugal coeso do ponto de vista regional é um desafio crucial, especialmente na garantia de que os jovens do interior tenham as mesmas oportunidades que aqueles do litoral. Esta meta requer uma abordagem multifacetada e abrangente, que aborde as disparidades económicas, de qualificações e infraestruturais existentes entre as regiões. Torna-se fundamental investir significativamente no desenvolvimento económico do interior, atraindo empresas e indústrias através de incentivos fiscais, apoios e melhorias nas infraestruturas. Estas medidas não só criarão empregos, mas



serão também um estímulo para a economia local, oferecendo aos jovens oportunidades de emprego comparáveis às disponíveis nas áreas litorais. Investir no ensino e na formação profissional é essencial para nivelar o campo de atuação. Isto pode ser alcançado através da ampliação do acesso ao ensino de qualidade, com foco na tecnologia e inovação, assim como no estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e empresas para programas de estágio e formação profissional. A digitalização e a melhoria da conectividade de internet no interior são também cruciais, permitindo que os jovens acessem recursos e oportunidades de emprego remoto, diminuindo a necessidade de migração para o litoral. A implementação de políticas culturais e sociais que valorizem e promovam a identidade regional, atraindo jovens para permanecer, mas também a moverem-se para o interior, pode ajudar à revitalização que tanto se aguarda para estas áreas. Ao adotar estas estratégias, Portugal pode avançar em direção a uma coesão territorial e regional mais forte, onde a localização geográfica deixa de ser um determinante primário das oportunidades disponíveis para os jovens.



Estratégias de atuação:

1. Estímulo ao Emprego Jovem, Empreendedorismo e à Inovação

- Políticas de incentivo ao empreendedorismo jovem, oferecendo incentivos fiscais e apoio para startups e pequenas empresas lideradas por jovens
- Políticas de promoção de emprego jovem, garantindo incentivos fiscais a empresas que celebrem contratos de longa duração com jovens

2. Políticas de Retenção e Atração de Talentos

- Isenção de IRS para jovens até aos 35 anos, nos primeiros 150 mil euros auferidos, sendo que a partir desse valor ficam sujeitos a uma taxa máxima de 15%
- Criação do 15º mês salarial, livre de impostos e contribuições
- Implementação de políticas específicas para reduzir a disparidade entre litoral e interior, incluindo investimentos em infraestrutura, incentivos para empresas se estabelecerem no interior, e programas educacionais e culturais que valorizem as especificidades regionais

3. Ensino para o Futuro

- Reformar o sistema de ensino, racionalizando currículos tendo em conta a qualidade do ensino e a valorização dos professores
- Inclusão de disciplinas que preparem os jovens para os desafios do século XXI, como a literacia financeira, tecnologia da informação e empreendedorismo



4. Apoio à Aquisição de Habitação

- Criação de programas de apoio à aquisição de primeira habitação para jovens, incluindo subsídios e financiamentos com condições favoráveis.
- Isenção de IMI, IMT e Imposto de Selo para jovens até aos 35 anos na aquisição da primeira casa
- Alargamento dos programas de apoio ao arrendamento, como o Porta 65

5. Incentivos à Natalidade e Apoio às Famílias Jovens

- Isenção de IMT e Imposto de Selo para famílias a partir de dois filhos, que troque de habitação em função do aumento do agregado familiar
- Reforço do investimento em infraestruturas de apoio como creches
- Políticas de promoção de emprego à distância e incentivos fiscais a empresas que garantam flexibilidade de horários para jovens casais com filhos até aos 10 anos
- Isenção de impostos sobre o rendimento para mulheres com mais de 4 filhos

6. Requalificação e Formação Profissional

- Revisão dos programas universitários e profissionais alinhando as habilidades dos jovens com as necessidades do mercado de trabalho.
- Promoção de programas de estágio e parcerias com empresas e instituições de ensino superior
- Isenção do pagamento de propinas durante a frequência do Ensino Superior, à semelhança do modelo britânico